

RECURSO ESPECIAL Nº 1.841.336 - MT (2019/0296277-5)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E INVESTIMENTO DO SUDOESTE MT/PA - SICREDI SUDOESTE MT/PA
ADVOGADOS : ANDRE DE ASSIS ROSA - MT019077
GABRIELA RAIANNA DE ALMEIDA PASSOS MALUF FERREIRA E OUTRO(S) - MS020097
RECORRIDO : GILSON CARLOS DE ALMEIDA - MICROEMPRESA
ADVOGADOS : LIDIANE FORCELINI E OUTRO(S) - MT010057
KLEITON ARAUJO DE CARVALHO - MT012842
BRUNA MARA BETONI - MT020872

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com base no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso assim ementado:

"RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO MONITÓRIA AJUIZADA SEM A CÓPIA DO CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA CORRENTE - PESSOA JURÍDICA – CARÊNCIA DE AÇÃO – FALTA DE INTERESSE DE AGIR – VIA PROCESSUAL INADEQUADA – EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO – RECURSO PROVIDO.

1- A ausência de juntada do contrato de abertura de crédito em conta corrente e da planilha de evolução do débito acarreta carência de ação por falta de interesse de agir.

2- De acordo com o Verbete n.º 247 da Súmula do STJ, o que constitui documento hábil para o ajuizamento da Ação Monitória é o contrato de abertura de crédito em conta corrente, acompanhado do demonstrativo de débito. Na hipótese, a Recorrida trouxe Proposta de Admissão da Apelante junto à Cooperativa de Crédito e a Ficha Matrícula, da qual não é possível verificar se o que está sendo cobrado está em consonância com o regime contratual, se a evolução do saldo devedor guarda congruência com o contratado, pois ali não consta a concessão de qualquer limite para uso do cliente, a taxa de juros pactuada e todas as demais cláusulas próprias da abertura de crédito em conta corrente" (fls. 170/171 e-STJ).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

No recurso especial, a recorrente alega, além da divergência jurisprudencial, a violação do art. 700 do Código de Processo Civil/2015.

Sustenta que a proposta de admissão do recorrido na cooperativa e os demonstrativos de evolução do débito juntados aos autos, são documentos hábeis a instruir a ação monitória.

Após a apresentação das contrarrazões, o recurso foi admitido.

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

Verifica-se que o Tribunal de origem, à luz da prova dos autos, concluiu pela insuficiência da proposta de admissão do recorrido na cooperativa e da planilha de cálculos para a instrução da ação monitória, conforme se extrai da leitura do voto condutor, merecendo destaque o seguinte trecho:

"A Recorrida não trouxe o Contrato de Abertura da Conta Corrente, mas tão somente a 'Proposta de Admissão' da Apelante junto à Cooperativa de Crédito e a sua 'Ficha Matrícula' e, segundo o Verbete n.º 247, da Súmula do STJ, o que constitui documento hábil para o ajuizamento da Ação Monitória é o contrato de abertura de crédito em conta corrente, acompanhado de demonstrativo do débito.

Com efeito, os documentos juntados pela Cooperativa Recorrida não suprem a necessidade de juntada do mencionado instrumento contratual, pois, com base exclusivamente neles, não é possível aferir a juridicidade do saldo devedor apontado nos extratos juntados.

Em outras palavras, dos referidos documentos não é possível verificar se o que está sendo cobrado está em consonância com o regime contratual, se a evolução do saldo devedor guarda congruência com o contratado, pois ali não consta a concessão de qualquer limite para uso do cliente, a taxa de juros pactuada e todas as demais cláusulas próprias da abertura de crédito em conta corrente.

Ademais, as planilhas de evolução do débito produzidas unilateralmente pela Recorrida e constates do Id. 6298869, também não fazem prova do débito, pois sequer esclarecem os índices de juros e atualização.

Portanto, tenho que não há prova da dívida questionada, já que não é possível verificar, com base na documentação juntada pela Recorrida, se a evolução do débito apresentada nos mencionados extratos harmoniza-se com as cláusulas contratuais e com o ordenamento jurídico" (fls. 173/174 e-STJ).

Ainda esclareceu no julgamento dos embargos de declaração:

"(...) não há dúvidas de que os documentos juntados pela Cooperativa Embargante não suprem a necessidade de juntada do mencionado instrumento contratual, pois, com base exclusivamente neles, não é possível aferir a juridicidade do saldo devedor apontado nos extratos juntados.

Em outras palavras, foi ressaltado no voto condutor que dos referidos documentos não é possível verificar se o que está sendo cobrado está em consonância com o regime contratual, se a evolução do

Superior Tribunal de Justiça

saldo devedor guarda congruência com o contratado, pois ali não consta a concessão de qualquer limite para uso do cliente, a taxa de juros pactuada e todas as demais cláusulas próprias da abertura de crédito em conta corrente" (fls. 231/232 e-STJ).

Nesse contexto, denota-se que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que se mostra inviável ante a natureza excepcional da via eleita, a teor do enunciado da Súmula nº 7 deste Superior Tribunal.

Outrossim, não cabe a este Superior Tribunal de Justiça reexaminar as premissas de fato que levaram o tribunal de origem a tal conclusão, sob pena de usurpar a competência das instâncias ordinárias, a quem compete amplo juízo de cognição da lide.

Ante o exposto, não conheço do recurso especial.

Na origem, os honorários sucumbenciais foram fixados em 15% (quinze por cento) sobre o valor da causa, os quais devem ser majorados para o patamar de 17,5% (dezessete e meio por cento) em favor do advogado da parte recorrida, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília-DF, 11 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator